

atividades, nos termos das normativas federais;

7. Atribuo a presente portaria força de Ofício.

Cumpra-se.

Envira/AM, na data da assinatura eletrônica.

CHRISTIAN GUEDES DA SILVA  
Promotor de Justiça Substituto

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 2026/0000017613.01PROM\_ENV

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

NOTÍCIA DE FATO N.º: 040.2026.000019  
NOTICIANTE: Anônimo  
NOTICIADO: Prefeitura Municipal de Envira  
ASSUNTO: Improbidade Administrativa. Prefeitura mantém contrato de aluguel com imóvel de vereador por inexistência em licitação.

DECISÃO: O Ministério Público do Estado do Amazonas, por intermédio da Promotoria de Justiça de Envira, no uso de suas atribuições legais, comunica o ARQUIVAMENTO da presente Notícia de Fato, com fundamento no art. 23-A, I, da Resolução CSMP nº 006 /2015. A decisão fundamenta-se na consulta ao banco de dados de procedimentos desta Promotoria de Justiça, por meio da qual se constatou a existência da Notícia de Fato nº 182.2025.000062, atualmente em tramitação, cujo objeto abrange as mesmas irregularidades ora comunicadas. Verifica-se, assim, a inexistência de utilidade na instauração ou manutenção de procedimento paralelo sobre idêntica matéria fática e jurídica, tendo em vista que a investigação já em curso contempla integralmente o objeto da presente Notícia de Fato.

CIENTIFICAÇÃO: Nos termos do art. 18, § 3º, da Resolução n.º 006/2015-CSMP/AM, fica o(a) noticiante anônimo(a) CIENTIFICADO(A) da decisão de arquivamento. Caso discorde, poderá apresentar recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP/AM), acompanhado das respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste extrato.

Após o decurso do prazo recursal de 10 (dez) dias previsto no art. 20 da Resolução CSMP nº 006/2015, arquivem-se os presentes autos, registrando-se no sistema respectivo, ficando a documentação à disposição dos órgãos correccionais, na forma do art. 20, § 2º, da Resolução CSMP nº 006/2015.

Envira, 10 de fevereiro de 2026.

Christian Guedes da Silva  
Promotor de Justiça Substituto

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 2026/0000013445

Procedimento Preparatório nº 040.2025.001443  
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Parintins, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro no artigo 127, caput, e art. 129, inciso III, todos da Constituição Federal, e artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625 /93, que instituiu a Lei Orgânica do Ministério Público e com base na Lei Complementar Estadual nº 011/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme artigo 127, caput, da Constituição Federal e artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 11/1993;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2015 – CSMP, que uniformizou no Ministério Público do Estado do Amazonas os expedientes de investigação civil e criminal;

CONSIDERANDO que o membro do Ministério Público, diante da notícia de fato que, em tese, constitua lesão aos interesses ou direitos coletivos, poderá, antes de iniciar o inquérito civil, instaurar formalmente procedimento preparatório, visando obter elementos para identificação dos investigados ou delimitação do objeto, que deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO as disposições constantes da Resolução nº 026/2021-CPJ, que trata da divisão das atribuições ministeriais das Promotorias de Justiça de entrância inicial, sendo atribuição da 3ª Promotoria de Justiça atuar na investigação de lesão ao patrimônio público e atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo regimental da Notícia de Fato nº 040.2025.001443 e que os elementos/documentos até então juntados mostraram-se insuficientes para o esclarecimento integral dos fatos noticiados, os quais versam sobre suposto desvio de função de servidores da Prefeitura Municipal de Parintins/AM, consistentes em engenheiros e arquiteto supostamente exercendo atividades de auxiliar administrativo, com possível repercussão na regularidade administrativa e na tutela do patrimônio público;

CONSIDERANDO que a Notícia de Fato teve origem em representação eletrônica anônima encaminhada à Ouvidoria-Geral do Ministério Público (origem 11.2025.00009673-6), na qual se aponta, em síntese, a inadequada alocação de servidores e o exercício de atribuições estranhas à formação técnica/cargo;

CONSIDERANDO que foram determinadas diligências e expedidos ofícios para requisição de ficha funcional completa, atos de nomeação/posse, qualificação profissional (CREA/CAU, quando aplicável), descrição das atribuições efetivamente exercidas, folhas de pagamento e demais dados funcionais relativamente aos servidores JEFTE MAIA DE SOUZA, RAUINO DE JESUS BATISTA, HAKKENEN PANTOJA NUNES e ADSON BELCHIOR DA COSTA, bem como para prestação de esclarecimentos pela Secretaria responsável;

CONSIDERANDO que, não obstante, até o momento, a municipalidade não apresentou resposta útil com o encaminhamento integral dos documentos e informações requisitados, tornando necessária a continuidade da instrução

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PROCURADORES DE JUSTIÇA	CONSELHO SUPERIOR
<p><b>Procuradora-Geral de Justiça:</b> Leda Mara Nascimento Albuquerque</p> <p><b>Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais:</b> Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza</p> <p><b>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:</b> André Virgílio Belota Seffair</p> <p><b>Corregedora-Geral do Ministério Público:</b> Silvana Nobre de Lima Cabral</p> <p><b>Secretária-Geral do Ministério Público:</b> Wandete de Oliveira Netto</p>	<p><b>Câmaras Cíveis</b> Elvys de Paula Freitas Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nôbia Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Nilda Silva de Sousa Dolice Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto</p> <p><b>Câmaras Criminais</b> Carlos Léllo Laura Ferreira Marlene Franco da Silva Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguielo Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos</p>	<p><b>Câmaras Reunidas</b> Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral</p> <p><b>Leda Mara Nascimento Albuquerque</b> (Presidente) Silvana Nobre de Lima Cabral Mara Nôbia Albuquerque da Cunha Adelton Albuquerque Matos Elvys de Paula Freitas Jorge Michel Ayres Martins Nilda Silva de Sousa</p> <p><b>OUVIDORIA</b> Sílvia Abdala Tuma</p>

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500

e a reiteração das requisições, a fim de delimitar o objeto investigatório e obter elementos mínimos para conclusão quanto à regularidade dos atos administrativos,

**RESOLVE:**

I – INSTAURAR Procedimento Preparatório, com fulcro no art. 26 da Resolução n. 06/2015-CSMP, com a finalidade de delimitar o objeto de investigação e obter elementos iniciais acerca de suposto desvio de função de servidores da Prefeitura Municipal de Parintins/AM, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF;

II – DETERMINAR de imediato sua atuação e registro no sistema eletrônico MPVirtual desta Promotoria de Justiça;

III – DESIGNAR a servidora Sâmia Pontes Castro para secretariar o presente procedimento;

IV – DETERMINAR como diligências iniciais as seguintes providências:

1) Publique-se a presente portaria no diário oficial do Ministério Público do Estado do Amazonas.

2) REITERE-SE o OFÍCIO à Subsecretaria Municipal de Gestão de Pessoas /Coordenadoria de Recursos Humanos do Município de Parintins/AM (a quem dirigido o Ofício nº 2025/0000162139.03PROM\_PIN), para que, no prazo de 15 (quinze) dias,

encaminhe integralmente, relativamente aos servidores JEFTE MAIA DE SOUZA, RAUINO DE JESUS BATISTA, HAKKENEN PANTOJA NUNES e ADSON BELCHIOR DA COSTA, os documentos e informações já requisitados (ficha funcional completa; nomeação/posse; qualificação profissional e registros em conselho; descrição do cargo e atribuições efetivamente exercidas, com setor/local /chefia; últimas três folhas de pagamento e escala/horário do mês corrente; contatos institucionais), advertindo-se quanto à necessidade de resposta completa;

3) REITERE-SE o OFÍCIO ao Secretário Municipal responsável pela pasta de Infraestrutura/Obras do Município de Parintins/AM (a quem dirigido o Ofício nº 2025/0000162152.03PROM\_PIN), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste esclarecimentos formais sobre os fatos noticiados, inclusive informando: (i) a lotação atual dos servidores mencionados; (ii) as atribuições efetivamente desempenhadas; (iii) eventuais medidas adotadas para adequação funcional, em caso de desvio de função;

Cumpra-se e, com as respostas, conclua-se.

Parintins/AM, data da assinatura eletrônica.

Marina Campos Maciel  
Promotora de Justiça

**PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 2026/0000013403**

Procedimento Preparatório nº 040.2025.001014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Parintins, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro no artigo 127, caput, e art. 129, inciso III, todos da Constituição Federal, e artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, que instituiu a Lei Orgânica do Ministério Público e com base na Lei Complementar Estadual nº 011/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme artigo 127, caput, da Constituição Federal e artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 11/1993;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2015 – CSMP, que uniformizou no Ministério Público do Estado do Amazonas os expedientes de investigação civil e criminal;

CONSIDERANDO que o membro do Ministério Público, diante da notícia de fato que, em tese, constitua lesão aos interesses ou direitos coletivos, poderá, antes de iniciar o inquérito civil, instaurar formalmente procedimento preparatório, visando obter elementos para identificação dos investigados ou delimitação do objeto, que deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO as disposições constantes da Resolução nº 026/2021-CPJ, que trata da divisão das atribuições ministeriais das Promotorias de Justiça de entrância inicial, sendo atribuição da 3ª Promotoria de Justiça atuar na investigação de lesão ao patrimônio público e atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo regimental da Notícia de Fato nº 040.2025.001014 e que os elementos/documentos até então juntados mostraram-se insuficientes para o esclarecimento integral dos fatos noticiados e para a formação de convicção acerca da regularidade da comercialização/cessão de camarote(s) no âmbito do Festival Folclórico de Parintins (Boi-Bumbá), em especial quanto à alegação de negociação do mesmo espaço com mais de um adquirente, com possível prejuízo ao consumidor;

CONSIDERANDO que a Notícia de Fato teve origem em manifestação encaminhada pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, a partir de relato do Sr. Hélio Bessa Lima, representante da empresa H G Móveis Planejados e Modulados Ltda., acerca de suposta “dupla venda”/cessão de camarote, após pagamento do valor ajustado, com notícia de impedimento de fruição do serviço contratado e necessidade de apuração quanto à cadeia de contratação e responsabilidades envolvidas;

CONSIDERANDO que, embora tenham sido expedidos ofícios e realizadas diligências, ainda remanescem pontos controvertidos a demandarem instrução complementar, inclusive para esclarecer formalmente as tratativas, os instrumentos contratuais, a participação de terceiros eventualmente envolvidos na comercialização e as providências adotadas para solução do conflito e /ou ressarcimento;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de delimitação do objeto investigatório e de aprofundamento das diligências, com vistas à adequada tutela de direitos do consumidor e, se pertinente, à verificação de eventuais repercussões na esfera do patrimônio público em razão do uso de espaço público para exploração econômica,

**RESOLVE:**

I – INSTAURAR Procedimento Preparatório, com fulcro no art. 26 da Resolução n. 06/2015-CSMP, com a finalidade de delimitar o objeto de investigação e obter elementos iniciais acerca de supostas irregularidades na comercialização/cessão de camarote(s) vinculada(s) ao Festival Folclórico de Parintins (Boi-Bumbá), notadamente quanto à alegação de “dupla venda”/cessão do mesmo espaço e seus desdobramentos, com possível lesão a direitos do consumidor;

II – DETERMINAR de imediato sua atuação e registro no

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Procuradora-Geral de Justiça:  
Leda Mara Nascimento Albuquerque  
Subprocuradora-Geral de Justiça para  
Assuntos Jurídicos e Institucionais:  
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza  
Subprocurador-Geral de Justiça para  
Assuntos Administrativos:  
André Virgílio Belota Seffair  
Corregedora-Geral do Ministério Público:  
Silvana Nobre de Lima Cabral  
Secretária-Geral do Ministério Público:  
Wandete de Oliveira Netto

Câmaras Cíveis  
Elvys de Paula Freitas  
Sandra Cal Oliveira  
Jussara Maria Pordeus e Silva  
Mara Nóbria Albuquerque da Cunha  
Suzete Maria dos Santos  
Nilda Silva de Sousa  
Dolice Olívia Vieira Alves Ferreira  
Jorge Michel Ayres Martins  
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza  
Marco Aurélio Lisciotto

**PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Câmaras Criminais  
Carlos Léllo Lauria Ferreira  
Márcia Franco da Silva  
Mauro Roberto Veras Bezerra  
Sarah Pirangy de Souza  
Aguinaldo Balbi Júnior  
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues  
Adelton Albuquerque Matos

Câmaras Reunidas  
Karla Fregapani Leite  
Públio Caio Bessa Cyrino  
Sílvia Abdala Tuma  
José Bernardo Ferreira Júnior  
Neyde Regina Demóstenes Trindade  
Silvana Nobre de Lima Cabral

**CONSELHO SUPERIOR**

Leda Mara Nascimento Albuquerque  
(Presidente)  
Silvana Nobre de Lima Cabral  
Mara Nóbria Albuquerque da Cunha  
Adelton Albuquerque Matos  
Elvys de Paula Freitas  
Jorge Michel Ayres Martins  
Nilda Silva de Sousa

**OUVIDORIA**

Sílvia Abdala Tuma